



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 4/2016

----- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos profissionais, procedendo-se à sua substituição.-----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 01/2016, referente à reunião ordinária de 08 de janeiro. -----

----- Aprovada a ata n.º 01/2016, por unanimidade dos presentes com direito a voto (6 votos a favor). -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 02/2016, referente à reunião ordinária de 22 de janeiro. -----

----- Aprovada a ata n.º 02/2016, por unanimidade dos presentes com direito a voto (6 votos a favor). -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Aprovei esta proposta de ata e aproveito para fazer o reconhecimento aos serviços pela forma como conseguiram transcrever na íntegra o que aqui foi decidido, porque tratando-se de matérias com algum melindre, os serviços tiveram a devida sensibilidade para tratar com rigor tudo o que aqui foi referido.” -----

----- O **Vereador Carlos Fernando Frazão Correia** subscreveu a declaração de voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida, referindo que “diria o mesmo para estas atas e todas as outras.”-----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOUREARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: quinhentos e vinte e sete mil, oitocentos e noventa euros e seis cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e trinta e oito mil, e setenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- Não foram presentes assuntos para conhecimento. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por solicitar informação pormenorizada sobre as transferências já efetuadas para as Juntas de Freguesia e quais os montantes em falta, dado que foi aprovado um empréstimo de novecentos mil euros, para se conseguir regularizar essa situação. -----

----- Seguidamente, voltou a abordar as questões da saúde no concelho, pois face à complexidade desta situação e à desresponsabilização do Poder Central para a resolução da situação, opinou que o Executivo Municipal, se todos estivessem de acordo, devia tomar uma posição mais “efetiva e mais drástica” relativamente à situação que se vive, pois na sua opinião, não bastava as palavras da Diretora do ACES a dizer que não tem intenção de encerrar o atendimento complementar, pois isso depende dos médicos que lá estão. Salientou a necessidade de preparar um outro tipo de ação que demonstre que é tempo de resolver o problema, como já foi resolvido noutros concelhos.-----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dar conhecimento de uma notícia relativa a um jovem riomaiorense de vinte e três anos licenciado em música pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco que venceu um concurso nacional destinado a jovens empreendedores, sendo um exemplo para todos os jovens de Rio Maior, pois face a todas as dificuldades atuais, ele conseguiu singrar e destacar-se como o melhor entre quarenta participantes. Referiu tratar-se de um jovem que a todos enche de orgulho e que se devia destacar de alguma forma.-----

----- Ainda no uso da palavra referiu que Rio Maior está a fazer grandes progressos, reportando-se ao grupo de teatro “+Teatro” que em duas sessões esgotou o

Cineteatro, com a peça “Como salvar o seu casamento em treze passos”, o que a todos enche de orgulho.-----

----- Por último reportou-se às Tasquinhas 2016 que à semelhança de anos anteriores irá ser um êxito, tanto mais que tem um evento inovador levado a cabo pelo “Rotary Cube de Rio Maior”, sobre o vinho, algo que os riomaorenses deviam também aproveitar e integrá-lo no certame, porque é um produto de grande relevo para Rio Maior, pois os produtores da zona de Rio Maior já têm grande destaque.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO DA NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se reportar à eficiência na gestão da água, processo que tem acompanhado e tem consciência que em termos de opinião pública, esta informação não foi devidamente divulgada, pelo que solicitava que a Câmara Municipal fizesse essa divulgação, através dos meios que tem ou recorrendo à comunicação social local e que se divulgue tudo o que já foi feito, apesar de não ser ainda muito visível, mas já se avançou nesta área.-----

----- Seguidamente sugeriu, quanto aos projetos do “Portugal 2020”, e no que respeita à mobilidade sustentada, vai haver verbas significativas, opinando que em Rio Maior, pelos jovens da Escola Superior de Desporto, pelo traçado das ruas, pelo interesse que a Autarquia tem de associar o desporto que já é imagem de marca, à qualidade de vida, deve e verificar-se o que poderá ser feito em parceria com a Escola Superior de Desporto e outras instituições, no sentido de aproveitar esta oportunidade, porque isso iria no sentido de desenvolver a estratégia de “Rio Maior-Desporto-Saúde-Qualidade de Vida”.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por felicitar o grupo “+ Teatro”, pois sendo a segunda vez que vão a palco, este ano com muito mais gente a assistir, de todas as faixas etárias e que ao conseguiram em dois dias, ter sala cheia, demonstram que Rio Maior é capaz. Aditou que este grupo de jovens também conta com a colaboração da Associação Juvenil “A Coação”, a quem agradeceu a disponibilidade pelo trabalho desenvolvido quer no grupo, quer nas escolas, onde têm um projeto de criação de áreas de debate, com a realização de workshops, dando formação a professores, para depois estes implementarem os “clubes” que desenvolvem nos alunos a capacidade de argumentação e discussão de ideias. Informou que no ano passado, a final foi no Cineteatro, com a participação da Escola Secundária e da Escola Profissional, depois de selecionadas as melhores equipas das duas escolas. Este ano foi alargado às duas

EB 2.3 e a final também será apresentada no Cineteatro, sobre a temática do 25 de Abril.-----

----- Disse ainda que as duas peças do grupo “+ Teatro”, foram escritas por Fernando Costa em colaboração com a sua colega Daniela Amorim, que conseguiram em cinco meses, levar a palco uma peça cujo tema poderia melindrar, mas que foi tratado de uma forma muito alegre e brincalhona, conseguindo transmitir passos da vida de qualquer casal, daí o seu sucesso. Referiu que este grupo tem sido dinamizado pela Câmara Municipal de Rio Maior e tem conseguido agregar alunos das escolas, estudantes universitários e população em geral, pelo que está de parabéns. Ainda sobre este assunto informou que foi enviado um ofício a todas as Juntas de Freguesia para, se assim o entendessem, a peça ser também apresentada nas freguesias, sendo que apenas três freguesias responderam em tempo oportuno, apesar de, entretanto, outros pedidos já terem sido rececionados, no entanto não é possível atender todos, esperando que no próximo ano outras freguesias sejam contempladas.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra relevou a participação das pessoas e a importância de haver “casa cheia”, significando que há apetências para novos gostos. Disse ainda que teria muito gosto em assistir ao espetáculo quando se realizasse numa das freguesias.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se reportar ao trigésimo aniversário do certame Tasquinhas referindo que o mesmo, a exemplo dos anos anteriores, será com toda a certeza mais um êxito. Disse também que as Tasquinhas representam o movimento das associações do concelho, sendo também esta uma forma de apoiar o movimento associativo do concelho, referindo que há mais de um mês que todos colaboram na sua preparação, o que simboliza o amor pela terra, pois para além do importante papel na angariação de fundos para as associações, há também o sentimento das pessoas, pois todos os anos tentam inovar e trazer o que de melhor há nas freguesias.-----

----- Ainda no uso da palavra informou que o programa da SIC “Portugal em Festa” no dia 28 de fevereiro, vai ser transmitido em direto de Rio Maior, o que dá uma maior projeção do evento. As Tasquinhas são também uma forma de apoiar o movimento associativo do concelho.-----

----- Terminou referindo o stand do CCDDR Tejo em que os produtores de vinho de Rio Maior são convidados a estar presentes e onde decorrem as provas de vinho, tendo sido criadas as condições para que os produtores possam fazer a sua promoção e que

o bom nome de Rio Maior, que através do vinho, vai a todo o País e até ao estrangeiro, dado que alguns têm sido premiados, também internacionalmente.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- No uso da palavra referiu que, com a Vereadora Ana Filomena Figueiredo e técnicos municipais, foram visitar alguns exemplos de Villas Romanas, em Espanha, para verem o trabalho desenvolvido na preservação arqueológica, referindo que os montantes envolvidos para a cobertura e infraestruturas de apoio ronda os nove milhões de euros, assim como para a área do audiovisual o investimento é de um milhão e meio de euros. Referiu que foi uma visita de trabalho muito produtiva, dado que está a ser desenvolvido o projeto para recuperação da zona ribeirinha da cidade, onde fica a Villa Romana de Rio Maior.-----

----- Sobre as perdas de água informou que já se realizaram várias reuniões com empresas da especialidade e a resolução é mais complexa do que inicialmente parecia. Aditou que a empresa já fez pequenos trabalhos para as Câmaras de Oeiras, Cascais e Funchal. Aditou que as reuniões com as várias empresas vão continuar no sentido de obter uma solução para minorar as perdas a nível do concelho de Rio Maior. Quanto ao esclarecimento para a opinião pública referiu que o mesmo devia ser feito, mas numa fase mais conclusiva do processo. Quanto ao investimento previsto para a perda de água dos depósitos, será de cerca de cento e trinta mil euros, no entanto o modelo de solução pensado para o concelho rondará os seiscentos mil euros.-----

----- Sobre o Ciclo Urbano da Água informou que as obras estão concluídas, havendo pequenas retificações a fazer na Vila da Marmeleira e Arco da Memória, aguardando-se que as condições climatéricas o permitam, embora os empreiteiros sejam responsáveis pelas mesmas por um período de cinco anos.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- No uso da palavra informou quanto às transferências para as Juntas de Freguesia, que o compromisso existente era com o empréstimo de curto prazo resolver o ano de dois mil e quinze, para que em fevereiro se iniciasse as transferências, em duodécimos do valor referente ao ano de dois mil e dezasseis. No entanto, nos primeiros dias do ano e após se ter liquidado cerca de seiscentos mil euros, do ciclo urbano da água – Vila da Marmeleira e Arco da Memória – e como estas duas obras foram feitas no âmbito do antigo Quadro Comunitário, em que a garantia de financiamento e prazos para a transferência desse valor, não existiam, apenas havia a garantia, de, caso o pagamento não fosse efetuado, o mesmo não seria financiado. Assim, neste contexto, houve dois momentos, um até trinta e um de dezembro e outro até quinze de janeiro e o valor de duzentos e quarenta mil euros que

tinha para transferir para as Juntas de Freguesia era aproximadamente, aquele que ficaria em falta, ainda para estas duas empreitadas, ou seja, se fosse transferido até quinze de janeiro, o mesmo poderia vir a ser financiado em oitenta e cinco por cento. Entre o peso de não ter efetuado o pagamento e poder explicar às Juntas de Freguesia que em situação de urgência a Câmara Municipal estaria sempre presente, mas com a condição darem tolerância de um mês ao Executivo, porque esse valor teria que ser para esse fim. Assim, e depois da reunião com os Senhores Presidentes, foram transferidos, no dia dezoito de fevereiro, mais sessenta e três mil e quinhentos euros referente ao ano de dois mil e quinze, ficando por transferir cinquenta e três mil, novecentos e setenta e sete euros, o que acontecerá no mês de março, concluindo assim o ano transato. -----

----- Informou ainda que foi adiado para abril a transferência correspondente ao ano dois mil e dezasseis, o que já não acontecerá em duodécimos.-----

----- Sobre a questão dos médicos disse que a intervenção feita na Assembleia Municipal, sobre esta matéria, fora esclarecedora, mas voltava a dizer que a percentagem de utentes sem médico de família no concelho de Rio Maior era de trinta e quatro por cento e quando o Vereador Augusto Figueiredo diz que Rio Maior é o segundo concelho com percentagem superior de utentes sem médico de família, a análise depende sempre, se é feita em percentagem ou em números, ou seja, se pretende ou não analisar todo o processo do lado da solução. -----

----- Disse ainda que, dos três médicos que pediram escusa do atendimento complementar, o que é possível nos termos da legislação aplicada, um deles já não fazia atendimento complementar. Informou que a garantia que tinha, da Diretora Executiva do ACES, é que Rio Maior não fica sem esse atendimento.-----

----- Ainda sobre a intervenção do Vereador Augusto Figueiredo, quando este diz que o Executivo tem de reivindicar junto da tutela, concordou, mas salientou as várias diligências feitas para resolução do problema, estando a aguardar audiência com os responsáveis da ARS na tentativa de resolução de uma situação que se arrasta desde dois mil e onze, considerando que o município está a substituir-se à tutela, e bem, com duas unidades móveis e com os respetivos encargos para a Câmara Municipal, tudo para bem dos utentes do concelho que necessitam deste serviço que é reconhecido por todos.-----

----- Seguidamente congratulou-se com a atribuição do prémio ao jovem músico riomaiorense. -----

----- No que respeita à questão das águas também concorda que a divulgação da informação deverá ser feita numa fase mais conclusiva do processo. Ainda sobre o ciclo urbano da água e saneamento informou que vão ser disponibilizadas verbas no

novo Quadro Comunitário de Apoio para esta área o que permitirá encerrar a malha da rede de distribuição de água, que é de extrema importância.-----

----- Ainda no uso da palavra reportou-se ao “desporto, mobilidade e qualidade de vida” e referiu concordar, pois no PEDU desenvolveu-se um conjunto de medidas que serão encaixadas no âmbito da mobilidade e da qualidade de vida, medidas estas que serão bem acolhidas.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 9/2016 DE 18 DE FEVEREIRO – SUBMISSÃO DA CANDIDATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR AO CONCURSO DE ÂMBITO NACIONAL PARA APOIO À RECUPERAÇÃO, TRATAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS COM RELEVANTE INTERESSE HISTÓRICO, CULTURAL E CIENTÍFICO.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 9/2016, exarado pela Presidente da Câmara a 18 de fevereiro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, pelo qual foi autorizado a submissão da candidatura da Câmara Municipal de Rio Maior ao Concurso de âmbito nacional para apoio à recuperação, tratamento e Organização de acervos documentais com relevante interesse histórico, cultural e científico. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que a Biblioteca Municipal tem feito um esforço para catalogar o acervo da antiga Biblioteca, Dr. Laureano Santos, e criar um reservado histórico, estando também a trabalhar no sentido de recolher toda a bibliografia e referências que digam respeito a Rio Maior. Referiu ainda que neste âmbito e como detentores do espólio do fotógrafo Luciano Rodrigues, havia a necessidade de o catalogar, preservar e digitalizar, sendo necessário um programa próprio e algum equipamento informático, daí que ao terem conhecimento da candidatura fizeram o possível, para que ainda pudesse ser submetida atempadamente, esperando que Rio Maior seja contemplado com alguma verba para o tratamento do citado espólio. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- No uso da palavra congratulou-se com a apresentação da candidatura, dado a importância que tem o espólio para a memória futura e para a identidade de todos, enquanto riomaiorenses e enquanto portugueses. Salientou a importância de dar competências e formação às pessoas responsáveis que têm património nas coletividades, clubes e associações, nomeadamente o Clube de Natação de Rio Maior

que tem um património que ultrapassa mais de cinco mil troféus e que por dificuldades financeiras e outras, está a degradar-se diariamente e nem sequer tem sede própria. --

----- Frisou a necessidade de fazer um protocolo para formar pessoas interessadas, particularmente idosos, professores e técnicos, envolvendo a Universidade Sénior, a Torre do Tombo e mesmo a Fundação Calouste Gulbenkian no sentido de conseguir verbas destinadas aos trabalhos de inventariação, catalogação e preservação, não só na área do desporto, mas envolvendo também outras áreas, nomeadamente o património do Senhor António Feliciano, entre outros.-----

Disse que este tipo de formação torna-se decisivo, pois passaram muitas décadas em que nada foi feito. Isto também se aplica à Comunicação Social, pois se não fosse o trabalho de uma “não riomaiorense”, relativamente à imprensa publicada nos últimos cem anos, no concelho, não havia compilação desses dados.-----

----- Terminou a intervenção referindo que na formação que fez na Fundação Calouste Gulbenkian aprendeu todos os aspetos que envolvem a preservação e tratamento dos espólios em papel e outros materiais. Deu o exemplo dos Museus do Futebol Clube do Porto e do Benfica que foram os melhores classificados na Europa, em dois mil e catorze e dois mil e quinze, salientando o número de visitantes que os mesmos atraem e que poderia ser um exemplo para Rio Maior em termos de atração de visitantes.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Conforme decisão tomada pelo Executivo Municipal, por proposta da Presidente da Câmara, os pontos II a V foram discutidos em simultâneo e votados per si. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Apresentou os pontos II a V e abriu as inscrições para a discussão dos mesmos.-

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu o valor dos trabalhos a menos no valor de cerca de quinze mil euros, nas empreitadas do Arco da Memória e Vila da Marmeleira e ainda quanto ao lote dois, saneamento, em que não foram feitos trabalhos no montante de cerca de quarenta mil euros porque se concluiu que na zona das Bastidas era impossível levar o saneamento até onde estava projetado devido ao declive do terreno, assim como na rua Júlio Carreira, em que não houve autorização dos proprietários dos terrenos para se proceder aos trabalhos. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se por todas as empreitadas apresentarem trabalhos a menos, verificando-se mesmo que em duas delas, sendo respeitado o caderno de encargos,

tiveram redução de valores significativos, cerca de nove mil euros na empreitada do arco da Memória e sete mil e duzentos na empreitada da Vila da Marmeleira.-----

----- Ainda sobre este assunto referiu que na última Assembleia Municipal munícipes do Arco da Memória se lamentaram, da falta alguns alcatroamentos, esperando que os serviços técnicos da Câmara Municipal e os Vereadores da área tenham o “engenho e arte” de aproveitar as verbas até ao último cêntimo e assim conseguirem resolver estas questões. Também em relação à Vila da Marmeleira os serviços irão resolver todas as questões que têm sido levantadas, nomeadamente a reparação de casas que foram deterioradas, no entanto o mais importante foi a conclusão destas obras dado a sua importância.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Opinou ser sempre bom quando se apresentam contas finais de empreitadas, onde para além de ser feita a obra, em situações por vezes difíceis, nomeadamente climatéricas, mas que cumpriram prazos, não apresentaram trabalhos a mais, pelo que se congratulava com a execução da obra, considerando que o essencial está feito e embora se deva verificar as questões de pormenor, sendo para isso que serve a salvaguarda dos cinco anos das empresas e da entidade fiscalizadora, ou seja para responder aos problemas de cada um, seria muito bom que os municípios do País estivessem em condições de se preocupar com o pormenor, pois isso significaria que a obra estava feita.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Agradeceu as palavras proferidas sobre as empreitadas e o seu acompanhamento e referiu que nunca “se pode fazer tudo” e recordou que no Arco da Memória o alcatroamento só foi feito por acordo com o empreiteiro e foram cerca de quatro mil metros de tapete ali colocado. Quanto à Vila da Marmeleira referiu que nunca vira no local, aqueles que tanto criticam a obra, considerando as inúmeras vezes que ali passou. Terminou a intervenção congratulando-se com a feitura da obra, sendo a população que irá beneficiar com a situação, pois a pressão da água irá melhorar substancialmente. Quanto aos pormenores que ainda não estão concluídos, estes serão concluídos logo que possível.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Findo o esclarecimento, passou à votação ponto por ponto.-----

----- **PONTO II – CONTA FINAL DA EMPREITADA COM ÍNDICES DE REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIOS – “REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS DAS ZONAS LÍMITROFES DE RIO MAIOR – ARCO DA MEMÓRIA”**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a conta final com índices de revisão de preços provisórios da referida empreitada.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Fernando Frazão Correia subscrita pelo Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente os ponto II, III, IV e V uma vez que houve trabalhos a menos nas várias empreitadas, não houve trabalhos a mais e aproveitou para enaltecer o trabalho executado pela fiscalização das obras.” -----

----- **PONTO III – CONTA FINAL DA EMPREITADA COM ÍNDICES DE REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIOS - “REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE RIO MAIOR – LOTE 1”**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a conta final com índices de revisão de preços provisórios da referida empreitada.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV – CONTA FINAL DA EMPREITADA COM ÍNDICES DE REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIOS - “AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO – REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À VILA DA MARMELEIRA”**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a conta final com índices de revisão de preços provisórios da referida empreitada.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V – CONTA FINAL DA EMPREITADA COM ÍNDICES DE REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIOS - “EXECUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR – LOTE 2”**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a conta final com índices de revisão de preços provisórios da referida empreitada.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI - SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR – REVISÃO DE PREÇOS – FATURA Nº 3000132002 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar o pagamento da fatura número 3000132002, de 31/12/2015, no valor de €5.744,34, valor ao qual

acresce o IVA à taxa de 6%, referente à Revisão de Preços do Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Rio Maior, no período de Abril a Junho de 2015.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Quanto a este assunto referiu ser importante juntar à documentação disponibilizada uma informação técnica sobre a qualidade do desempenho, nomeadamente se há queixas das Juntas de Freguesia ou se os contentores são limpos, informação importante e a que as empresas estão sujeitas, nos termos da lei, ajudando a decidir e ainda para que o prestador do serviço perceba que a sua ação está a ser acompanhada e que tem de cumprir o Caderno de Encargos respetivo.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- No uso da palavra e a propósito desta matéria, solicitou esclarecimentos sobre a discriminação a que algumas freguesias estão sujeitas relativamente à recolha de resíduos sólidos, ou seja com um menor número de recolhas, sendo a norma que quando é solicitada, a recolha é feita com a celeridade possível e que isto custa menos cinco mil euros por mês.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu mais uma vez que a solução que se acordou com a SUMA, fora há cerca de três anos, em face de algumas anomalias verificadas por parte da empresa, nomeadamente falta de lavagem e colocação dos contentores. Aditou que, de acordo com a Lei, no final de cada ano a empresa envia um inquérito sobre a qualidade dos serviços prestados o qual é rigorosamente preenchido pelos serviços e progressivamente a situação tem vindo a melhorar.-----

----- Aditou que uma das reclamações que aparecem está relacionada com a distância a que os contentores são colocados das casas, assim como o facto de aparecerem alguns que são incendiados. Deu o exemplo do contentor subterrâneo da rua das Finanças, incendiado de propósito e cuja reparação custa centenas de euros. Referiu que a situação não é a ideal mas resultou numa poupança anual de sessenta mil euros na recolha de lixo, representando nos últimos quatro anos uma poupança de duzentos e quarenta mil euros, valores estes que foram investidos para resolver outras situações.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Concluindo esta matéria referiu que é confrontada muitas vezes com estas questões mas a Câmara tenta sempre resolver as questões apresentadas da melhor forma possível.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (O Vereador João António Lopes Candoso ausentou-se da sala durante a discussão e votação do ponto VII por impedimento.) -----

----- PONTO VII - APLICAÇÃO DE GESTÃO DE PUBLICIDADE DE POMOR, S.A. – ANULAÇÃO DE VALORES EMITIDOS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a anulação do valor total de 339,00 €, emitido à empresa Depomor - Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, SA.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO-----

----- Sobre esta matéria deu vários esclarecimentos referindo que esta fora uma tentativa de cobrança, por parte da Câmara Municipal, que nunca foi efetivada, e consta como fazendo parte da receita e não constitui receita. Aditou que a empresa foi notificada para pagar mas não o fez. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Sobre este ponto referiu que a Câmara não consegue cobrar, mas a Depomor é uma entidade que beneficiou da boa vontade da Autarquia para fazer o negócio que fez. Infelizmente toda esta conjuntura económica é complicada para os negócios da empresa, mas como não se trata de um valor elevado, a Depomor devia ter alguma consideração e respeito por quem a ajudou, porque o valor em causa significa um imenso trabalho burocrático e acima de tudo é uma questão de princípio, porque o placard está colocado no local e se não pode pagar, deve informar. Opinião que a empresa devia retirar o painel publicitário ou então querendo o benefício da propaganda, e em igualdade de circunstâncias com as outras empresas, deve pagar, daí que iria votar contra.-----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Informou que a Depomor nunca pagou a publicidade, mas recordou que a Câmara detém vinte e seis por cento das ações.-----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO-----

----- Iniciou a intervenção referindo que agora há regulamentos e o placard está no local, daí a cabimentação da receita e a Depomor por razões que alguns justificam com a crise, não pagou. Na sua opinião o problema resolvia-se ou mantendo no local o painel e a dívida continua ou retira-se e anula-se a dívida. Disse não concordar com a anulação da dívida porque ao anular a dívida questiona-se qual foi a posição do representante da Câmara no Conselho de Administração, relativamente a esta questão. Disse ainda que este assunto levanta questões não só de caráter administrativo, mas também de caráter político. Referiu que iria votar contra pois

considerava não ser esta a forma de resolver o problema, com uma declaração de voto no sentido do Executivo perguntar à Depomor qual a razão para não ter procedido ao pagamento. Aditou que, ao serem notificados para pagar, provavelmente nem justificaram a razão de não o terem feito. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Célia Maria Bento do Rosário Flores e o voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. ----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pela Vereadora Célia Maria do Rosário Bento Flores** que se transcreve na íntegra:-

----- “A nossa posição foi de abstenção no pressuposto de que a Câmara e a Depomor se entenderão, tanto mais que a Câmara é acionista da Depomor, e, obviamente, a Depomor como qualquer outra empresa ou cidadão tem de cumprir os regulamentos municipais e no pressuposto de que, agora com o regulamento de publicidade em vigor, vai ser paga toda a exposição publicitária.” -----

----- (O Vereador João António Lopes Cadoso voltou à reunião.) -----

----- **PONTO VIII – CARTÃO RM65 – PRAZO PARA ENTREGA DE PROVA DE RENDIMENTOS** ----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que o prazo para a recolha/entrega dos necessários meios de prova de rendimentos para obtenção de eventual redução das tarifas da água, por parte dos titulares do Cartão RM 65, passe a decorrer entre os dias 1 e 31 de maio de cada ano, com base nos fundamentos mencionados na informação nº 3/UFAS/SAS/2016.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX – PLANO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – ANEXO II AO REGULAMENTO DE PUBLICIDADE, OUTRAS UTILIZAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIÁRIO URBANO DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é em face da informação emitida pela Unidade de Urbanismo, Planeamento, Ordenamento do Território e Espaço Público, aprovar o Plano de Publicidade e Ocupação do Espaço Público para a cidade de Rio Maior, que constituirá o anexo II ao Regulamento de Publicidade, Outras Utilizações do Espaço Público e Mobiliário Urbano do Município de Rio Maior, publicado no Diário da República, através do aviso n.º 11604/2015, IIª Série, n.º 198 de 9 de outubro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X- AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – ANOS LETIVOS 2016/2017 E 2017/2018, ATRAVÉS DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS DA CIMLT – CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2016/CCE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a celebração de um acordo quadro, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do CCP, para a aquisição de refeições escolares para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018; autorizar a abertura de procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, com os preços unitários máximos previstos na Cláusula 14.^a do Caderno de Encargos, anexo à informação nº 05/SUASE/2016, valores aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor; autorizar que o Município, apresente junto da CIMLT o respetivo pedido de contratação; Autorizar que o Município delegue no Conselho Executivo da CIMLT e no seu presidente as competências indicadas na informação nº 05/SUASE/2016, nos termos mencionados e aprovar as peças de procedimento apresentados.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Opinou que esta escala apenas visa favorecer os cartéis do costume, ligados ao fornecimento de refeições, a quem depois a Câmara e os serviços não têm condições de fiscalizar, situação a que a Administração Central tem dado cobertura, assim como a Comunidade Intermunicipal, impondo depois, preços de refeição que são difíceis de cumprir, a nível local. Aditou que também se levanta a questão da qualidade dos serviços das refeições, assim como a economia que se podia gerar caso as refeições fossem feitas por empresas locais ou regionais, um conjunto de situações, que ano, após ano, vão derrapando e que mais tarde poderão trazer diversos problemas. -----

----- Aditou que não dão cobertura a esta situação, pois acreditam ser possível dar respostas de qualidade, a nível local, recordando uma notícia deste fim-de-semana em que numa localidade do Norte do País, três paróquias organizaram um serviço social e comunitário, fornecendo mais de três mil refeições/dia, a escolas, centros de dia e lares de idosos, conseguindo um serviço de qualidade, bem como emprego para cerca de sessenta pessoas, sendo este o modelo que defendiam e não empresas que se organizam a nível nacional, para conseguirem ganhar os concursos. Aditou que conhecia muito bem todo o processo e sabia como tudo era organizado, pelo que não concordava com a proposta apresentada.-----

----- Ainda no uso da palavra sugeriu que fosse feita uma abordagem a um grupo de trabalho existente, de economia social ligado a uma universidade em Coimbra, pois verifica-se a necessidade de encontrar outras soluções.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre este assunto recordou que os pais reconheciam o serviço de qualidade prestado no Arco da Memória, em que as refeições eram confeccionadas por um particular, mas que deixou de ser possível por questões de higiene e segurança alimentar, assim como em Assentiz. Recordou que na área da Lezíria só o município de Benavente presta este serviço. Opinou que o ideal seria o Município, retirar do contrato de execução a responsabilidade do fornecimento das refeições e entregar ao Ministério da Educação para este gerir esta matéria, situação que iria abordar em próximas reuniões com os Agrupamentos de Escolas. Salientou que a Câmara só quer o melhor para as crianças do concelho e que gostariam de ter condições próprias para, criando empregos, darem a melhor resposta, mas como todos sabem, o município não pode aumentar a despesa com o pessoal. -----

----- Referiu ainda a existência de uma nutricionista que acompanha todo o processo e informou que não tem chegado dos Diretores das Escolas, questões sobre esta matéria, nem tem havido reclamações quanto à qualidade e quantidade do serviço prestado.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu tratar-se de macro política, e lembrou que o executivo do Vereador Carlos Nazaré, na época, aceitou uma proposta governamental de municipalização desta área, situação que se arrasta desde então, o que acontecera para potenciar a escala e Rio Maior foi um dos noventa e oito municípios que aceitou este tipo de contratos, na boa fé.-----

----- Assim, atualmente, isto reduz-se a três/quatro grandes grupos cujo modelo de desenvolvimento é contraditório com o modelo de desenvolvimento local. Disse ainda que, relativamente às Comunidades Intermunicipais, elas foram criadas para o Governo controlar tudo, e, atualmente, são plataformas de negócios, mal preparadas e com mecanismos internos, cuja lógica do modelo é concentrar e aumentar a escala, para que a pequena empresa do desenvolvimento local, não tenham capacidade para concorrer, sendo aqui que entra o elemento de distorção, pois ninguém consegue garantir um modelo de desenvolvimento equilibrado no concelho de Rio Maior, ou em qualquer outro, que não tenha emprego qualificado e os seus produtores a vender e como já dissera em tempo oportuno, a possibilidade da economia social dar resposta às refeições escolares. Disse ainda que o Partido Ecologista os Verdes apresentou uma proposta na Assembleia da República, onde a autoridade da concorrência,

considerou ser ilegal fazer ajustes diretos e assim comprar localmente. Também solicitaram parecer ao Parlamento Europeu e foi dito tratar-se de uma questão que configurava benefícios ao Estado. -----

----- Terminou a intervenção referindo o facto desta proposta ser para dois anos letivos, provavelmente, para evitar problemas nas próximas eleições e espera que não se enganem nas peças do concurso, como já tem acontecido. Salientou ainda a importância de estudar outras formas de fornecer refeições, provavelmente, com um preço mais elevado, pois ninguém conseguirá o preço que está a ser praticado, revitalizando assim o tecido agrícola e agroalimentar do concelho, criando também postos de trabalho.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que o preço da refeição cobrado aos professores e funcionários é superior ao preço que o aluno paga, o que os tem retirado das cantinas escolares e assim as crianças comem sozinhas, sem a presença de alguém com capacidade para avaliar.-----

----- Terminou a intervenção referindo que para estudar todas as vertentes deste processo torna-se necessário envolver professores, diretores e funcionários.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Informou que estavam a falar de realidades diferentes, pois na Escola Secundária a Câmara não tem qualquer tipo de responsabilidade e embora seja a mesma empresa, foi contratada pela DeGest. Aditou que nas Escolas 2.3. as refeições são pagas pelos professores e restante pessoal diretamente à empresa, situação que não era controlada pela Câmara e este caderno de encargos prevê que os adultos paguem a refeição à Autarquia. Informou também que, atualmente, na Escola Fernando Casimiro a refeição dos adultos tem como preço base dois euros e meio.----- Terminou a intervenção referindo a obrigatoriedade dos professores provarem a comida diariamente.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Sobre esta matéria referiu ser fundamental garantir a qualidade e a quantidade das refeições, salientando o empenho da Vereadora Ana Figueiredo, com o acompanhamento de todo o processo por uma nutricionista.-----

----- Chamou a atenção para o facto dos orçamentos municipais serem cada vez mais limitados e o orçamento aprovado para a Educação não é coberto pelas verbas transferidas pelo Ministério da Educação. Aditou que, em termos de escala e de economia financeira este é um caso de sucesso e não se trata de outros não puderem concorrer, mas para chegar aos valores em causa torna-se necessário haver empresas de grande dimensão, pois uma pequena empresa não conseguiria chegar a

estes valores. Referiu também que os recursos são finitos e só com outros meios financeiros se poderá avançar para soluções de economia social que considera boas e que poderão ser postas em prática, mas que também tem que cobrir os custos.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra recordou os exemplos de Arco da Memória, Asseiceira e Assentiz, dados pela Senhora Presidente e referiu que no caso do 1º Ciclo havia instituições de solidariedade social que forneciam estas escolas, mas que por imposições legais, foram impedidas de o fazer, pois passou a ser obrigatório o fornecimento ser feito por empresas com determinados pré-requisitos que era difícil as Associações e Centros de Dia reunirem. Disse ainda que, dos contratos de execução assinados na época, muitas Autarquias assinaram a transferência de competências mas só quanto ao pré-escolar e 1º Ciclo, Rio Maior foi das poucas que assumiram o 2º e 3º Ciclo, ou seja as Escolas Marinhas do Sal e Fernando Casimiro, frisando que é precisamente nestas duas escolas que surgem os problemas, pois Rio Maior é o único município da Lezíria que tem a gestão destes dois refeitórios, sendo que as capitações são sempre por baixo, daí que já reuniram com a empresa para abordar esta questão. Aditou que na Escola Secundária não há problemas de capitação, pois não é necessário fazerem médias.-----

----- Informou ainda que a nutricionista percorre os refeitórios no dia em que é fornecida a refeição e na véspera, fazendo o cálculo da quantidade de alimentos necessários, face ao número de refeições a servir, no dia seguinte. Aditou que é feito um relatório semanal e um relatório diário, com uma classificação relativa a atendimento e serviço prestado, qualidade e quantidade alimentar. Salientou também que elementos da Direção das Escolas, provam a comida e também, enquanto Vereadora da área, já almoçou no refeitório, frisando que o facto de ser permitido aos adultos almoçarem nos refeitórios permitirá também aos pais, que assim o entenderem, acompanharem os filhos.-----

----- Ainda no uso da palavra disse que não são só os alunos do escalão A que almoçam nos refeitórios, muitos outros também o fazem e por vezes as queixas que chegam a casa não são as reais porque os professores ou os funcionários que acompanham as refeições, não só no 1º ciclo, mas também nas duas escolas sede, fazem com que os alunos comam a sopa e a fruta. Disse ainda que não tem havido reclamações e quando surgem são das duas escolas sede e relativas às quantidades. Referiu também a apresentação do prato que para alunos mais velhos não é tão atrativo.-----

----- Informou também que este caderno de encargos prevê que passe a ser da responsabilidade da empresa, a reparação do equipamento estragado.-----

----- Terminou a intervenção referindo que todos gostariam de contribuir para o desenvolvimento da economia local do concelho, mas também não pode ser esquecido que a Câmara não tem equipamento, nem pessoal formado nesta área, para além da impossibilidade de contratar pessoal.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com os votos contra dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador João António Lopes Cadoso subscrita pela Presidente da Câmara e Vereador Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente porque com as medidas que a Câmara tomou de forma a garantir a qualidade e a quantidade, permite que não se aumente as refeições às famílias e que estas não sejam penalizadas com o aumento das refeições, se fosse outro sistema.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Fernando Frazão Correia subscrita pela Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente, não concordando com o modelo, mas, mesmo assim, tem o efeito de economia de escala. Também porque na nossa sociedade riomaiorense não há nenhuma empresa com certificação, nem com qualificação para fazer este tipo de fornecimento. E ainda porque qualquer empresa para ter todas as condições teria que estar certificada e nós no concelho não temos nenhuma.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pela Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei contra porque o modelo proposto com esta escala, não favorece a qualidade dos serviços prestados às crianças, favorece, sim, os cartéis do costume que habituados a lidar com estas situações e com estas escalas, impossibilitam o desenvolvimento de outros processos de economia local, mais vantajosos.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Eu votei contra este modelo que está imposto e que vem já do tempo da aceitação da delegação de competências na área das refeições, na área dos transportes, na área do pessoal e outras que aí virão, em que depois, desde o arranjo, até à nutricionista, repare-se que tivemos que contratar uma nutricionista para garantir a qualidade, quando isso não era uma competência nossa. Eu tenho vindo a dizer que é possível, basta que se estude encontrar alternativas, para que as refeições fornecidas às nossas crianças e estudantes, possa ser um fator de desenvolvimento

local. Continuo a sugerir que se faça um grupo de trabalho para potenciar o que está instalado. ” -----

----- **PONTO XI – CONTRATO Nº2/2013/F – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS ATRAVÉS DE CARTÃO ELETRÔNICO DE ABASTECIMENTO DE GASOLINA E GASÓLEO E CONTRATO Nº 6/2010/F – FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS – LIBERAÇÃO DE CAUÇÕES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação das cauções prestadas pela empresa “Petróleos Portugal - Petrogal, S.A.”, no âmbito dos contratos de fornecimento identificados em epígrafe, nos termos da informação nº 08/2016/UFAS-RL, datada de 04 de fevereiro e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não houve inscrições para intervenção.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando era dezassete horas e vinte minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A COORDENADORA TÉCNICA:_____